

RESUMO EXECUTIVO:

Uma análise jurídica independente das violações da Convenção sobre Genocídio, por parte da Federação Russa na Ucrânia, e o dever de prevenção

MAIO 2022

Prefácio do Dr. Azeem Ibrahim

Este relatório é o primeiro a abordar uma das questões mais controversas e importantes sobre a invasão da Ucrânia pela Rússia: se esta guerra tem um carácter genocida. Enquanto decorre o conflito, ferramentas modernas permitem analisar essa questão fundamental e o apuramento da verdade.

Sendo a palavra “genocídio” utilizada com tanta frequência – e também tão discutida –, não é conveniente atribuir-lhe uma definição pouco rigorosa. É fundamental apurar com clareza os factos, usando as oportunidades oferecidas pelos métodos modernos de investigação e proceder a uma análise jurídica de acordo com a lei aplicável.

Este projeto foi desenvolvido pelo Instituto New Lines e pelo Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos, que reuniu três equipas de especialistas para analisar o tema. Incluiu uma equipa de juristas e de especialistas em genocídio, um segundo grupo formado por investigadores de inteligência de código-aberto (OSINT) e linguistas que puderam usar o amplo acervo de fontes primárias já criado por esta guerra: comunicações interceptadas e testemunhos.

O Instituto New Lines e o Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos realizaram um exaustivo trabalho sobre os genocídios dos Rohingya e dos Uigures, nomeadamente produzindo o primeiro relatório sobre o crime de genocídio em Xinjiang, de acordo com a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948.

Este relatório conclui, de forma plausível, que a Rússia é responsável, enquanto Estado, pela violação do Artigo II e do Artigo III (c) da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio à qual está vinculada. Também conclui haver um sério e inquestionável risco de genocídio, exigindo o compromisso internacional dos Estados em preveni-lo, de acordo com o Artigo I da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio.

Este é o primeiro relatório do género, mas não a palavra final sobre o assunto. Esperamos que outros se sigam.

Dr. Azeem Ibrahim
Diretor, Iniciativas Especiais
New Lines Institute for Strategy and Policy
Washington, D.C.

Resumo executivo

O presente relatório apresenta uma investigação independente sobre a responsabilidade da Rússia na violação da Convenção sobre Genocídio ao invadir a Ucrânia e conclui:

- 1) haver fundamentos plausíveis para acreditar que a Rússia é responsável por: (i) incitamento direto e público ao crime de genocídio, e (ii) um padrão de atrocidades do qual se pode deduzir a intenção de destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano; e
 - 2) a existência de um sério risco de genocídio na Ucrânia, que exige o compromisso jurídico de todos os Estados para preveni-lo.
- I. O grupo protegido.** O grupo nacional ucraniano é reconhecido a nível interno e internacional e expressamente pela Rússia nas relações interestatais e, por conseguinte, está sob proteção da Convenção sobre Genocídio.
- II. Incitamento ao genocídio.** De acordo com o Artigo III (c) da Convenção, o incitamento direto e público ao genocídio constitui um crime específico, independentemente de ser seguido ou não de genocídio.
- III. O incitamento ao genocídio orquestrado pelo Estado russo.**
- a) **Negação da existência de uma identidade ucraniana.** Altos funcionários russos e comentadores de meios de comunicação estatais negam, publica e reiteradamente, a existência de uma identidade ucraniana distinta, sugerindo que aqueles que se identificam como Ucranianos são nazis ou ameaçam a unidade da Rússia e, por isso, são merecedores de castigo. De acordo com o guião das Nações Unidas para a avaliação do risco de atrocidades em massa, a negação da existência de um grupo protegido é um indicador específico de genocídio.
 - b) **Acusação ao espelho.** “A acusação ao espelho” é uma forma historicamente recorrente e poderosa de incitamento ao genocídio. O criminoso acusa o grupo visado de ter planeado ou cometido atrocidades semelhantes às que pretende cometer contra ele, apresentando as vítimas como uma ameaça existencial, de forma a que a violência contra elas pareça ser defensiva e necessária. Foi exatamente o que fez o presidente Vladimir Putin e as autoridades russas ao declararem, de modo absolutamente falso, que a Ucrânia havia cometido genocídio ou exterminado a população civil nas regiões separatistas controladas pela Rússia, como pretexto para invadir a Ucrânia.
 - c) **“Desnazificação” e Desumanização.** As autoridades russas e os meios de comunicação estatais evocam reiteradamente a “desnazificação” como um dos principais objetivos da invasão e descrevem generalizadamente os Ucranianos, como sub-humanos (“zumbificados”, “animalescos”, “inferiores”), doentes e contaminados (“escumalha”, “imundos”, “desordeiros”), ou ameaças existenciais e o cúmulo do mal (“Nazismo”, “Juventude Hitleriana”, “Terceiro Reich”). Esta retórica é utilizada para retratar uma parte substancial ou toda uma geração de Ucranianos como nazis e inimigos mortais, tornando-os alvos legítimos ou necessários de destruição.
 - d) **A representação dos ucranianos como uma ameaça existencial.** No contexto russo, a campanha de incitamento orquestrada pelo Estado estabelece claramente uma relação entre a atual invasão e a guerra existencial da União Soviética contra a Alemanha nazi durante a Segunda Guerra Mundial, amplificando o impacto da propaganda junto da população russa, para que esta cometa ou tolere atrocidades em massa. No dia 5 de abril de 2022, Dmitry Medvedev, o atual vice-presidente do Conselho de Segurança da Rússia, publicou: “tendo-se transformado no Terceiro Reich... a Ucrânia sofrerá o mesmo destino... e ela merece! Essas tarefas não podem ser concluídas imediatamente. E não serão decididas apenas nos campos de batalha.” Um dia antes das grandes celebrações do Dia da Vitória, que assinala o triunfo soviético sobre a Alemanha nazi, o presidente Putin enviou uma mensagem, via Telegram, aos separatistas apoiados pela Rússia, afirmando que os Russos estão a lutar “pela libertação da sua terra natal da escumalha nazi” e prometendo que “a vitória será

nossa, como foi em 1945.” A Igreja Ortodoxa Russa reiterou publicamente este paralelismo histórico e elogiou a luta dos Russos contra os nazis.

- e) **Condicionar o público russo a cometer ou a tolerar as atrocidades.** As autoridades russas negaram as atrocidades cometidas pelas suas forças armadas e premiam os militares suspeitos de assassinatos em massa na Ucrânia, incentivando os soldados a cometer, e a população russa a tolerar, mais atrocidades. Essas autoridades têm a capacidade de incitar diretamente o público, direcionando e amplificando a sua propaganda através de um panorama mediático controlado e de uma severa censura em torno da guerra. Os responsáveis pela disseminação desse tipo de propaganda são todas personalidades políticas e religiosas de grande influência, além de figuras dos meios de comunicação social controlados pelo Estado, incluindo o presidente Putin. São crescentes as evidências de que os soldados russos interiorizaram a propaganda estatal, fazendo refletir o seu conteúdo nos atos de violência que cometem. Declarações gravadas de soldados incluem ameaças de violar “todas as putas nazis,” “caçar nazis”, “vamos libertá-los dos nazis”, “estamos aqui para limpá-los da porcaria” (após uma execução pública), entre outras.

IV. Intenção genocida. O que distingue o genocídio de outros crimes internacionais é a “intenção de destruir [um grupo protegido], no todo ou em parte”. Esta intenção pode ser atribuída ao Estado através da evidência de um plano geral (obtida a partir de declarações oficiais, documentos ou políticas) ou pode ser inferida a partir de um padrão sistemático de atrocidades que visam o grupo protegido. Os cinco atos genocidas — assassinar, causar atentado grave à integridade física e mental, submissão deliberada a condições de existência que acarretarão a destruição física, medidas destinadas a impedir os nascimentos e transferência forçada de crianças — também podem apontar para uma intenção genocida quando encarados na sua globalidade.

- a) **Um plano genocida.** Um “plano geral” para destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano pode ser demonstrado pelo incitamento ao genocídio que impulsiona a invasão atual, ou pelos meios violentos que sugerem uma política militar.

V. O padrão genocida de destruição visando os ucranianos.

- a) **Assassinatos em massa.** As investigações concluíram que as forças russas reuniram civis ucranianos para execuções em massa em todo o território ocupado, caracterizadas por um padrão nos métodos de assassinato — mãos amarradas, tortura e tiros na cabeça à queima-roupa. O massacre de Bucha, por ter sido bem documentado, pode indicar a existência de táticas idênticas utilizadas pelas forças armadas russas em áreas ocupadas atualmente inacessíveis. O número de valas comuns em áreas controladas pela Rússia cresce rapidamente, de acordo com as informações recolhidas por investigadores e por imagens de satélite, embora não seja possível saber a extensão total do morticínio até que o acesso aos locais controlados pelas forças russas esteja assegurado.
- b) **Ataques deliberados a abrigos, rotas de evacuação e corredores humanitários.** As forças russas atacam, de forma sistemática e com precisão, abrigos e rotas de evacuação, indiciando uma política militar, assassinando e detendo civis em áreas sitiadas ou em conflito.
- c) **Bombardeamento indiscriminado de áreas residenciais.** As forças russas têm usado extensivamente armas de índole indiscriminada ou armas de fragmentação, visando áreas densamente povoadas em pelo menos oito *oblasts* (províncias) ucranianos.
- d) **Cercos militares russos: Inflicção deliberada e sistemática de condições que ameaçam a vida.** Enquanto bombardeiam os Ucranianos em áreas sitiadas, por dentro e por fora, as forças armadas russas ameaçam as condições de vida de forma sistemática e deliberada.
 - i. **A destruição de infraestruturas vitais.** As forças russas seguem um padrão semelhante ao sitiarem cidades ucranianas, atacando inicialmente fontes de abastecimento de água e de energia e infraestruturas de comunicações, e posteriormente, instalações médicas, depósitos de cereais e centros de auxílio humanitário, o que evidencia uma estratégia e uma política militar destinada a pôr

em risco as condições de vida dos Ucrânianos. Estas ações coordenadas pelos militares russos para privar os Ucrânianos das necessidades básicas e submetê-los a uma situação insustentável, demonstram que os cercos são planejados para provocar a sua destruição física. Em 15 de abril, 1,4 milhões de pessoas no leste da Ucrânia não tinham água potável e outros 4,6 milhões não tinham acesso adequado à água.

- ii. **Ataques ao sistema de saúde.** Até 25 de maio, a Organização Mundial da Saúde documentou 248 ataques ao sistema de saúde da Ucrânia. Os ataques constantes e deliberados das forças russas às maternidades são particularmente demonstrativos da intenção genocida na medida em que constituem quatro dos cinco atos genocidas: matar ou ferir gravemente, agravar as condições gerais de risco de vida e impedir que as mulheres ucranianas dêem à luz com segurança.
- iii. **Destruição e apreensão de bens de primeira necessidade, de ajuda humanitária e de cereais.** As forças russas destruíram e apreenderam numerosos depósitos de cereais, e inclusive expropriaram centenas de milhares de toneladas para a Rússia, além de constantemente bloquearem ou interditar a ajuda humanitária ou a deslocação de pessoas que tentam evacuar civis, usando a fome como arma de guerra.
- iv. **Outros locais onde as condições de vida são ameaçadas.** As forças armadas russas têm retido civis ucranianos noutros locais, onde são privados de necessidades básicas, às vezes provocando mortes mais imediatas por asfixia ou fome.
- e) **Violação e violência sexual.** Relatos de violência sexual e de violação em áreas ocupadas pela Rússia na Ucrânia sugerem um padrão generalizado e sistemático, incluindo violação em grupo, em lares ou abrigos, violação de pais na presença dos filhos e vice-versa, e escravidão sexual. A violação e a violência sexual podem constituir múltiplos atos de genocídio, incluindo impedir nascimentos e infligir destruição física e biológica a longo prazo. A verdadeira escala da violência sexual relacionada com esta guerra só se tornará evidente com o tempo, mas provavelmente nunca será totalmente revelada.
- f) **Transferência forçada de ucranianos.** A Rússia informou que foram transferidas mais de um milhão de pessoas da Ucrânia para a Rússia desde que a invasão começou, incluindo mais de 180.000 crianças. Refugiados e autoridades declararam terem sido transferidos à força ou sob ameaça. De acordo com as autoridades ucranianas, a legislação russa está ser revista para acelerar a adoção de crianças do Donbass, e as crianças ucranianas enviadas à força para a Rússia são obrigadas a ter aulas em russo. A transferência forçada de crianças ucranianas para a Rússia é um ato de genocídio, de acordo com o Artigo II (e) da Convenção sobre o Genocídio.

VI. Intenção de destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano. A intenção de destruir “em parte” um grupo tem sido entendida como visando uma parte substancial ou significativa do grupo. No entanto, a escala das atrocidades contra os Ucrânianos deve ser avaliada em relação à área de atividade ou de controlo da Rússia. As forças armadas russas deixaram um rasto de destruição física concentrada ao se retirarem das áreas ocupadas, nomeadamente execuções em massa à queima-roupa, tortura, destruição de infraestruturas vitais, violações e violência sexual. A escolha de líderes ou de ativistas ucranianos como alvo de desaparecimento forçado ou de assassinato é mais uma prova da intenção de destruir, em parte, o grupo nacional, porque se tratam de figuras emblemáticas do grupo ou essenciais para a sua sobrevivência.

VII. A obrigação de prevenir o genocídio. Os Estados têm a obrigação legal de prevenir o genocídio para além das suas fronteiras ao tomarem consciência de um grave risco de genocídio — um risco que este relatório demonstrou claramente que foi atingido, e do qual os Estados não podem agora alegar desconhecimento. A Convenção sobre o Genocídio impõe uma obrigação legal mínima aos

Estados para que tomem medidas adequadas e contribuam para a prevenção do genocídio e para a proteção dos civis ucranianos vulneráveis ao risco iminente de genocídio.

Conclusão

Em 1995, os pormenores da chacina de mais de 7.000 rapazes e homens bósnios muçulmanos em Srebrenica só foram conhecidos pela comunidade internacional quando já era tarde demais para evitar um genocídio que aconteceu em poucos dias.¹ Em 2022, temos a capacidade de acompanhar atentamente atrocidades semelhantes à medida que acontecem e de dar a devida resposta.

Este relatório apresenta motivos plausíveis para concluir que a Rússia é responsável por (a) incitamento direto e público ao genocídio e (b) por um padrão de atrocidades das quais é possível deduzir a intenção de destruir, em parte, o grupo nacional ucraniano, em violação do Artigo III (c) e do Artigo II. Além disso, o relatório afirma de modo conclusivo que existe um risco grave de genocídio, exigindo a obrigação jurídica de todos os Estados de o prevenir, de acordo com o Artigo I da Convenção.

¹Relatório do Secretário-Geral de acordo com a resolução 53/35 da Assembleia Geral, *The Fall of Srebrenica*, Secretário-Geral das Nações Unidas, na página 72 https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/a_549_1999.pdf

Posfácio do Honorável Irwin Cotler

O Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos e o Instituto New Lines elaboraram um relatório exaustivo e baseado em evidências convincentes sobre os crimes internacionais da Rússia na sua agressão premeditada e não provocada à Ucrânia. Acreditamos que o enorme volume de provas — apoiadas em determinações legais adequadas — servirá como um recurso importante para as instituições internacionais, os governos, os parlamentos, os tribunais e os líderes da sociedade civil, ajudando a garantir que seja feita justiça ao povo ucraniano e que sejam punidas as atrocidades em massa cometidas pela Rússia.

Este relatório chega a três conclusões plausíveis:

Em primeiro lugar, que a Rússia tem estado envolvida no incitamento ao genocídio, um crime específico, de acordo com a Convenção sobre o Genocídio; em segundo lugar, que a intenção e a ação genocida podem ser deduzidas a partir da agressão criminosa e dos crimes de atrocidade em massa cometidos pela Rússia; em terceiro lugar, que os Estados signatários da Convenção têm a responsabilidade de prevenir e de responsabilizar a Rússia.

Compreendemos que haja relutância em evocar a Convenção sobre o Genocídio — e que isso poderia desencadear um debate sobre a sua definição e não sobre as medidas necessárias a ser tomadas — porém, neste caso, as atrocidades generalizadas e sistemáticas contra os Ucranianos obrigam à tomada de decisões e à responsabilidade de agir.

Resumindo, o relatório destaca a nossa responsabilidade em prevenir novas atrocidades e o incitamento ao genocídio, bem como a de oferecer proteção contra eles. Agora que a comunidade internacional enfrenta a maior ameaça à ordem jurídica internacional da história recente — a independência política e a integridade territorial do Estado e do povo da Ucrânia —, já não podemos continuar a dizer que não sabemos. Sabemos e devemos atuar.

Irwin Cotler
Presidente Internacional
Centro Raoul Wallenberg para os Direitos Humanos, Montreal, QC